

CEPROL EM

ACÇÃO



2º CONCEPROL REFORÇA A DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E LANÇA CARTA COMPROMISSO

PÁGINAS 16 a 19



ANDANÇAS DE LUTAS

PÁGINAS 6 e 7

IAPS E PREVIDÊNCIA

PÁGINAS 11 a 13

PESQUISA DE OPINIÃO CEPROL

PÁGINAS 23 a 25

CEPROL
SINDICATO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS LEOPOLDENSES
FILIADO À
CONFETAM CUT
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES

CONHEÇA

YULE ASSISTENTE VIRTUAL



O CEPROL SINDICATO AGORA OFERECE ATENDIMENTO VIRTUAL VIA WHATSAPP COM A NOSSA MASCOTE YULE! TIRE SUAS DÚVIDAS SOBRE:

VIDA FUNCIONAL 🗣️ **APOSENTADORIA** 🗣️ **CONVÊNIOS**

JURÍDICO 🗣️ **DENÚNCIAS** 🗣️ **FILIAÇÃO**

CHAMA NO ZAP
(51) 99378-1262

Se as suas dúvidas ou necessidades de documentos, acesso à legislação e outros serviços e/ou informações não forem sanadas pela nossa assistente virtual YULE, faça contato com a direção do CEPROL Sindicato de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h por esse mesmo número de telefone.

A CONVERSA PESSOAL CONTINUA! A YULE NÃO SUBSTITUI A BOA E IMPORTANTE CONVERSA POR TELEFONE OU OLHO NO OLHO.

EDITORIAL

Há épocas que parecem se repetir no curso da História. Os nossos tempos, chegando ao primeiro quarto do século XXI, nos apresentam desafios geopolíticos e regionais de apavorante similitude com alguns desafios de exato um século atrás: a ascensão global do neofascismo; os fundamentalismos religiosos fagocitando sociedades laicas; a tentativa de controle do comportamento e dos corpos, entre outras misérias produzidas pela ignorância, pela indiferença e pela ganância dos donos do poder real, desde sempre.

A defesa dos valores humanistas precisa, portanto, ser contínua e não se definir apenas como a fundamental resistência, mas como avanços de combate contra essas frentes retrógradas e antidemocráticas. Nesse contexto, a luta sindical, de organização das classes trabalhadoras do setor público e do setor privado – e, sinal dos tempos, dos precarizados ou “uberizados” já não mais chamados de “informais” mas de “empreendedores” – torna-se não apenas importante do ponto de vista corporativo, mas amplia-se para a luta maior contra o neoliberalismo aliado ao neofascismo.

É a luta de classes que move a História. O CEPROL Sindicato se apresenta, desde sua fundação, como ponta de lança nessa batalha. E a comunicação política, a disputa da hegemonia cultural com informação de qualidade, pluralidade e diversidade é, sem dúvida, um diferencial importante na formação de novos quadros militantes e na alimentação dos que estão no *front* há muito tempo. Por isso, temos o prazer de apresentar esta edição nº 3 da Revista CEPROL EM AÇÃO com um pauta que sustenta as causas da categoria das professoras e dos professores municipais de São Leopoldo e às vincula à macropolítica, à economia, à cultura e à liberdade de pensamento e de expressão. Boa leitura!



FILIADO À **CONFETAM** E À **CUT**

GESTÃO 2022-2026 | UNIDADE NA DIVERSIDADE
Presidenta: Cristiane Maria Mainardi | Vice-presidenta: Rosi Lopes Petersen | Tesoureiro: Felipe Diego da Silva | 2º Tesoureiro: Fábio Luiz Fontes Martins | 1ª Secretária: Daisy Falconi | 2ª Secretária: Patrícia Regina Rodrigues Guterer | Suplentes: Marmy Luzy Margorett da Silva | Camila Cristina da Silva | Simone da Silveira | Lucia Geoseli Brizola | Carolina Gomes Matsdorf Correa | Cristiano Morais Nunes | Auxiliar administrativa: Greice Coimbra

REDAÇÃO: Henri Figueiredo; Cristiane Mainardi; Rosi Petersen; Felipe Diego da Silva; Adriana Lisboa.
DESIGN GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Pedro Kötz [Publicitário]
PROJETO GRÁFICO E EDIÇÃO: Henri Figueiredo
[Jornalista profissional: MTb 12.085]

TIRAGEM: 500 exemplares
Impressos Portão (São Leopoldo – RS)
ENDEREÇO CEPROL: Rua Primeiro de Março, 113 – Sala 802
CEP: 93010-010 – Centro – São Leopoldo (RS)
Telefone: (51) 3592.0118 | E-mail: ceprolsindicatovivo@gmail.com

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO POLÍTICA ESTRATÉGICA
HMF MÍDIAS DIGITAIS, JORNALISMO E CULTURA
[Henri Figueiredo e Pedro Kötz]

ÍNDICE

 **4-5 PALAVRA DA PRESIDENTA**
“Resistir e Agir”

 **6-7 ANDANÇAS DE LUTA**
A linha do tempo de 2024

 **8-9 A TRAGÉDIA DAS CHEIAS**
A lenta e dolorida reconstrução

 **10 PONTO DE VISTA**
“O jeito é manter o respeito.”

 **11 a 13 PREVIDÊNCIA**
Tudo o que você precisa saber

 **14-15 CEPROL NO RIO**
Lula recebeu documento da sociedade civil

 **16 a 19 ESPECIAL**
2º CONCEPROL

 **20-21 CARTA COMPROMISSO**
Conheça os(as) eleitos(as) que assinaram o documento

 **23 a 25 PESQUISA CEPROL**
Um retrato fiel do que pensa a categoria

 **26-27 ENTREVISTA**
Profª Fabi Bitello assume a vice-presidência executiva da UNCFE

 **28 a 31 ATUALIDADES**
Coluna política | Utopia
Dicas culturais

 **32-33 CAMPANHA NACIONAL**
Saiba como foram as comemorações do jubileu em Pernambuco

 **34 A BELEZA DE EDUCAR**
Artigo da professora Angelita Lucas – uma das pioneiras da Campanha Nacional pelo Direito à Educação no RS

RESISTIR E AGIR

UM ANO QUE TESTOU NOSSA RESILIÊNCIA

Por **CRISTIANE MAINARDI***

Escolho a palavra *resistência* como definidora de nossa luta coletiva em 2024. Iniciamos o ano letivo com a campanha salarial, valorização profissional e reajuste acima da inflação no ano das comemorações do Bicentenário. Porém, usaram algumas vedações da Lei Eleitoral como pretexto para não nos conceder ganho real de salário, mesmo com a promissora economia do município – fato, inclusive, bastante divulgado pelo governo municipal.

Paralisamos por apenas um dia as atividades, mobilizando a grande maioria das escolas da rede municipal por melhores condições de trabalho, por concurso público, por um processo de inclusão qualificado e contra a criminalização da docência. Rechaçamos constantes ataques ao serviço público, vindos de diferentes campos políticos e ideológicos. Persistimos mesmo com a redução ou a absoluta falta de novos investimentos; lutamos contra as privatizações e a precarização do trabalho.

E nossa resistência foi testada além de qualquer limite que pudéssemos imaginar ao termos de enfrentar a maior catástrofe climática já ocorrida no Rio Grande do Sul – com a fúria das águas levando em suas correntezas anos de trabalho, de sonhos, de construção de uma vida melhor; e levando muitas vidas, de fato, na

enchente. Como seres humanos, como parte da comunidade leopoldense – que teve 80% de seu povo atingido de alguma forma pela tragédia –, muitas(os) professoras(es) tiveram seus lares devastados e nossas comunidades escolares foram igualmente arrasadas pelas águas.

Unimo-nos em solidariedade trabalhando nos resgates, nos abrigos, buscando doações, ajudando como foi possível. Reconstruímos a vida (e muitas ainda estão em vias de reconstrução) mesmo sem o auxílio que esperávamos (e merecemos) dos governos, em todas as suas esferas de poder. Por tantas vezes tivemos de lidar com a negligência de agentes públicos que, investidos de cargos transitórios de comando, nos trataram como se não fôssemos parte da grande massa de flageladas(os) pelas águas.



Ajudamos na reconstrução e limpeza das escolas e nos rebelamos contra a imposição de um calendário escolar que, a título de “reorganizar”, acabou ferindo a Gestão Democrática das Escolas ao não possibilitar a autonomia de recuperação acordada com as comunidades escolares.

Ainda assim, achamos energia para fazer frente aos ataques contra nossa aposentadoria através da PEC 66 e conseguimos reverter a obrigatoriedade da reforma nos Regimes Próprios de Previdência.

Neste 2º CONCEPROL proporcionamos um grande movimento de transformação, de re-existência, refletindo perspectivas sociais, políticas, econômicas e ambientais em Educação. Só conseguimos constituir linhas de defesa da Educação Pública e da docência porque este é o comum que nos

conecta: a coletividade e unidade na diversidade nos faz mais fortes.

O tempo que está por vir é um mistério, com sinais políticos preocupantes vindos de todos os lados, mas sabemos o quanto é preciso estarmos organizadas(os) por meio do sindicato para garantir direitos, conquistas e avançar na luta democrática e funcional.

Convocamos a docência a assumir sua condição coletiva de vivência comum e a se insurgir contra o capitalismo selvagem, contra todos os autoritarismos e o empresariamento da sociedade – um fenômeno marcado por práticas e discursos que impõem a lógica neoliberal de usar o modelo empresarial para gerir políticas públicas. É preciso e urgente que nos levantemos na defesa dos bens comuns como a Educação Pública e de qualidade, sendo propulsoras(es) das transformações sociais que sonhamos. Se a resistência foi o que nos manteve firmes, de pé e de cabeça erguida neste ano, é a ação que vai nos levar adiante.



***Presidenta do CEPROL Sindicato – Gestão (2023-2026) Unidade na Diversidade | *Graduada em Pedagogia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) | *Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Castelo Branco (RJ) | *Mestra em Educação pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). | *Diretora da Região Sul da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.**



UM ANO INTENSO EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

DEZEMBRO DE 2023 ▼

- Festa de Final de Ano 2023: CEPROL HOUR: UNIDADE NA DIVERSIDADE.
- Posse da nova diretoria do sindicato gestão 2023-2026.



2024

- Férias Coletivas a partir de 23 de dezembro.
- CEPROL HOUR MISTÉRIOS

DEZEMBRO

NOVEMBRO

- Reposicionamento tático e estratégico da área de **Comunicação do Ceprol**.
- Participação, junto à delegação da Confetam/CUT, no **G20 Social, no Rio de Janeiro**.
- Participação na retomada da **Sede do Conselho Municipal de Educação (CME)**
- **Reforma do sede CEPROL Sindicato**, no Edifício Integral.
- Convide para a festa deste ano

● Abertura do Ano Letivo



FEVEREIRO

MARÇO

- Planejamento Estratégico da Diretoria para a **Campanha Salarial 2024**.
- **Conselho Político Sindical e Assembleias** – instâncias de decisão coletiva do sindicato.
- Luta pelo Piso Salarial – carreira em defesa do ensino médio. #revogagem
- Encontro on-line com as aposentadas - **Dia Nacional de Mobilização em Defesa da Democracia, pela Paz e pela Vida**.
- **Mobilização pelo Reajuste do Bicentário** – reivindicação de 8,45%. Ato às 12h em frente à Prefeitura.



- **Campanha Salarial 2024** – debate das escolas para construção da pauta coletiva aprovada em assembleia em 22/03/24 na EMEF Gusmão Brito.

OUTUBRO

- **Jubileu da Campanha Nacional pelo Direito à Educação** em Recife e Olinda (PE). A presidenta do Ceprol, Cristiane Mainardi, passa a ser a representante para a Região Sul (RS, SC, PR) no Comitê Diretivo da Campanha.
- **Entrega da Carta Compromisso com a Educação** aos eleitos e eleitas para a próxima legislatura na Câmara Municipal (2025-2028). Alcançamos, até dezembro de 24, o compromisso de oito vereadores(as) eleitas entre os treze que compõem a Câmara.
- Reunião, na sede do Ceprol Sindicato, com o prefeito-eleito Heliomar Franco e com a vice-prefeita eleita Regina Caetano. Na agenda, solicitada pelos eleitos, tratamos da **garantia de diálogo e das negociações da Campanha Salarial, defesa de direitos e dos receios e ansios da categoria**.

- **Manifesto da Educação Leopoldense do Bicentário** – entregue aos vereadores e feita leitura na tribuna da Câmara.
- Mobilização na luta em **defesa da educação pública** na formação na Unisinos.
- Plenária Nacional da **CONFETAM/CONATRAN** em Florianópolis

ABRIL

II CONCEPROL



- **II Conceprol**
- **Luta contra a PEC 66** – Mobilização em POA junto à CUT
- Live com o dirigente sindical do Judiciário Federal **Marcelo Carlini** (CUT/ Sintrajuf) e com o advogado **Pedro Magadan** (Buchabqui Pinheiro Machado) e **Silvana Pirolli** (Confetam/CUT/ Sindiserv Caxias do Sul)

SETEMBRO



40 Anos do CEPROL
13 de setembro de 2024



Paralisação/greve do Bicentário por direitos, condições de trabalho e valorização profissional/reajuste, em 2 de abril.

PARALISAÇÃO!



MAIO ▼

- **1º de Maio – Dia do Trabalhador e da Trabalhadora** – Festa realizada em parceria com o Sindicato dos Metalúrgicos no Ginásio do Bigornão.
- **A TRAGÉDIA DA ENCHENTE:** o CEPROL auxiliou nos resgates e nos abrigos. Buscamos doações, descarregamos carretas junto com a categoria e lutamos pela a garantia de direitos. O nosso sindicato perdeu seu carro funcional. Graças à nossa boa gestão financeira-administrativa, e a ajuda da CUT, já estamos de carro novo.
- **Solicitamos à Prefeitura a regulamentação das funções de servidores(as) nos abrigos e auxílio-financeiro às(aos) atingidos da enchente** – o que não ocorreu, segundo a SMED, porque não nos enquadrávamos nos valores para obtenção de recursos do governo federal.
- Solicitamos a **antecipação de 13º e salário de férias** – o que também não ocorreu.

JUNHO • JULHO • AGOSTO



- **DEFESA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA:** Ofício à SMED, no dia 25 de junho exigindo respeito à **GESTÃO DEMOCRÁTICA**
- **NOTA DE REPÚDIO**, no dia 27 de junho, à postura autoritária demonstrada pela SMED quanto à reorganização dos calendários sem ouvir as comunidades escolares.
- Luta pelo Plano Nacional de Educação (PNE) junto à Campanha Nacional pelo **Direito à Educação**.
- **II CONCEPROL** – realização de dois dias de pré-congresso ainda em agosto.
- **REAJA AGORA PELA APOSENTADORIA** – Campanha de mídia #napressao

DEMOS SUPORTE AOS QUE VIVIAM A NOSSA MESMA DOR

Por ROSI PETERSEN*

Falar (ou escrever) sobre a tragédia que vivi com a enchente é reviver cada momento. Portanto, não é fácil. Moro no bairro Campina há 26 anos e nunca havia passado por um alagamento na minha rua. Lembro de uma sexta-feira de maio em que estávamos todos apreensivos. No entanto, acompanhando os meios de comunicação da Prefeitura, a informação era de que não havia perigo para a Campina. Morava próximo ao arroio Cerquinha que, à tardinha começou a transbordar na direção ao Jardim Fênix. As fontes oficiais ainda orientavam que não era preciso que saíssemos. O medo já crescia. Em torno das 19h, eu e meus vizinhos estávamos em plena rua, alertas, percebendo a água transbordando pelos bueiros. Minutos depois a luz apagou. Entrei em pânico: sabia que era a hora de sair.

Meus pais moravam em uma casa de frente para a rua e eu na casa dos fundos; ambas feitas de madeira. Avisei para virem nos buscar e peguei meu filho e meus pais (90 e 83 anos). Deixei para trás minha cachorra e meus gatinhos na certeza de que logo voltaria. Como as informações oficiais ainda eram de que não havia risco no Bairro Campina, fomos para a casa de minha cunhada, que mora na entrada do bairro. As fontes oficiais continuavam a dizer que não era preciso sair daquela região. Apenas entre 22h e 23h, a Prefeitura deu o alerta para todos abandonarem



“Pelo caminho, a destruição, o cenário de guerra, o cheiro insuportável exalado de cada rua, pessoas se movendo como zumbis, caminhando de um lado para outro ou, então, sentadas chorando em frente ao que restou.”

suas casas. Fomos então para o apartamento de minha irmã em Novo Hamburgo – dez pessoas que se alojaram num apartamento de dois quartos. Estávamos atônitos, sem conseguir entender direito o que se passava.

Na manhã de sábado, tentamos voltar para nossas casas para resgatar nossos animais. Pelo caminho, víamos pessoas desesperadas, correrias e muitas famílias “alojadas”, digamos assim, nos acostamentos da BR-116, onde já tinham passado a noite. Não consegui me aproximar da minha

rua: a água tomou conta e já estava num nível superior a um metro. Voltei para o apartamento da minha irmã chorando por todo o percurso. A sensação era de incapacidade. A minha vida toda passava pela minha mente – o lugar onde meus filhos cresceram; tantos sacrifícios para construir nossos lares; as economias para adquirir bens. Ainda assim, insistia em pensar que logo a água baixaria e que, no máximo, em dois ou três dias estaríamos de volta. Naquele sábado aconteceu o rompimento dos diques de contenção de cheias e as águas tomaram todo o bairro. A partir daí, nossas vidas ficaram paralisadas. A palavra tristeza não alcança o que sentíamos. Nas primeiras semanas, o desespero foi diário em busca de notícias de parentes e amigos. Cada um e cada uma com que conseguimos contato tinha uma relato terrível para compartilhar. E a chuva não parava, os resgates não terminavam, o horror só crescia e se espalhava por todos os lugares.

Perdi a noção do tempo. Muitas colegas que não foram atingidas foram ajudar nos abrigos ou acolhiam amigos e familiares. Meus colegas da direção do CEPROL Sindicato auxiliavam em resgates e no trabalho voluntário nos abrigos. Me sentia como se o mundo estivesse acabando e me corroía, naquelas horas, um grande remorso de ter deixado para trás os meus bichinhos. Nada fazia sentido, era

difícil demais entender direito e lidar com as circunstâncias. No entanto, eu precisava cuidar dos meus. Mas de onde tirar forças? Não sei descrever como sobrevivemos.

Após dias que pareceram uma vida inteira de angústia, as águas começaram a baixar em algumas localidades. Para minha casa, todavia, só pude retornar e ver o que restou após 30 longos dias. Pelo caminho, a destruição, o cenário de guerra, o cheiro insuportável exalado de cada rua. Pessoas se movendo como zumbis, caminhando de um lado para outro ou, então, sentadas chorando em frente ao que restou.

Ao entrar em minha casa e na dos meus pais, o mundo veio abaixo. Não sobrou nada. As casas foram arrasadas e tudo o que levei anos para construir tinha se transformado em um monte de lixo, lama e esgoto. Me senti uma morta-viva, entendi na hora o comportamento daqueles meus vizinhos desolados. Outra etapa horrível foi ter de descartar tudo. Se não fosse a ajuda dos meus queridos companheiros do CEPROL Cris, Felipe a Greice e dos familiares, acho que não teria conseguido continuar. Meu pensamento recorrente era: “Para onde vamos? Não temos mais casa para morar, não temos mais nada!”.

O CEPROL solicitou à Prefeitura o adiantamento do 13º, das férias, das licenças prêmio, para termos por onde recomeçar. Porém, nunca vou esquecer de uma resposta que nos enviaram via Whatsapp: “Temos que cuidar dos cidadãos da cidade que perderam tudo”. Senti raiva, sou uma cidadã! Senti que me nos tratavam como objetos e não sujeitos. O país inteiro mobilizado numa

rede solidária, mas nosso patrão, o “Município”, avisava por mensagem que não podia fazer nada por nós.

Quando as escolas começaram a retomar as atividades, estabeleceram discricionariamente um calendário onde só lembraram que professores(as) deviam horas de trabalho, e para isso, uma das alternativas era limpar as escolas e ainda trabalhar aos sábados. Será que ninguém se deu conta de que nós ainda estávamos limpando as nossas próprias casas (os que ainda tiveram a “sorte” de ver suas casas de pé)? Será que não se deram conta de que também estávamos num esforço para reconstruir o pouco do que sobrou dos nossos bens, das nossas rotinas, das nossas vidas? Não houve suporte para que conseguíssemos entrar com dignidade em sala de aula – estávamos todas e todos nós destruídas(os) emocionalmente. Mas fomos lá e demos o suporte aos estudantes e às suas famílias que também passaram por tudo isso e viviam a mesma dor.

Graças à solidariedade de amigos, consegui um lugar para meus pais. Minha colega e amiga Debora Zeni me cedeu uma casinha nos fundos de sua casa para que pudesse ficar com meu filho até conseguir retomar minha vida. Porque a vida segue seu caminho. E neste caminho eu preciso registrar minha gratidão ao jurídico do CEPROL, o escritório Buchabqui e Pinheiro Machado e, em especial, ao Sr. Pedro Magadan.

P.S.: Encontrei minha cachorra e um dos meus gatinhos.



*Vice-presidenta do CEPROL Sindicato. | *Graduada em Pedagogia pela UNOPAR | *Pós-graduada em Psicopedagogia/Neuropsicopedagogia pela EDUCINTER e em Educação Especial pela UFSM.

NOTA DO EDITOR*

Estas páginas estavam reservadas para que reportássemos, de maneira geral, os efeitos da tragédia das cheias e a lenta reconstrução das vidas nas comunidades escolares, especialmente as municipais. Por isso, estivemos com a diretoria do CEPROL, na manhã de sábado, 9 de novembro, visitando a reconstrução da EMEF Profª Otilia Carvalho Rieth, na Scharlau, onde fomos muito bem recebidos pelo diretor Leonardo Selig que nos conduziu pelas dependências em obras da escola. Em São Leopoldo, mais de 60 escolas, entre públicas e privadas, foram atingidas pela catástrofe de maio. Das 50 escolas municipais, 18 foram severamente afetadas. Ao pedir, entretanto, um texto da professora Rosi Petersen sobre o tema, ela resistiu muito – apesar de ter sido uma das milhares de cidadãs e cidadãos que perderam todos os bens na tragédia. Ao chegar seu artigo, enfim, percebi claramente que nenhuma reportagem, por melhor e mais aprofundada que seja, é capaz de traduzir o que houve em São Leopoldo do que o depoimento de uma sobrevivente. Por isso, agradecemos o esforço de Rosi em reviver, escrevendo, tamanha dor. Obrigado!

*Henri Figueiredo

CEPROL AGE PELOS DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS

Por FELIPE DIEGO DA SILVA*

Vivemos uma ininterrupta tensão devido à constante retirada de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras: é o caso da nossa previdência enquanto servidores públicos. Neste ano enfrentamos e fomos parcialmente vitoriosos no combate à PEC 66/2023 que visava impor automaticamente a todos os municípios a EC 103/2019 atacando o direito dos servidores à aposentadoria. Entre outros ataques ao serviço público, a PEC 66 visava aumentar a idade e tempo de contribuição para as aposentadorias e, além disso, diminuiria drasticamente o valor das pensões e aposentadorias dos servidores dos entes federativos que implantaram a Reforma da Previdência depois de 2019.

O CEPROL Sindicato entrou na luta contra essa arbitrariedade em conjunto com a Confederação dos(as) Trabalhadores(as) no Serviço Público Municipal (Confetam/CUT), Confederação dos Trabalhadores em Educação (CNTE), além de diversos sindicatos da região. Fizemos lives, informamos pelas redes sociais, pressionamos parlamentares e aderimos ao Dia Nacional de Mobilização e Luta contra a PEC 66 e os Confiscos Previdenciários (24 de outubro) panfletando nos locais de trabalho.

Grças à mobilização do movimento sindical, conseguimos derrubar a imposição da PEC 66/2023, após aprovação em dois turnos por unanimidade no Senado, e manter a nossa legislação sem essa reforma automática. No dia 29 de outubro, o relator da PEC na Câmara, deputado Darci de Matos (PSD-SC), retirou de pauta a obrigatoriedade dos entes federativos aderirem à EC 103/19. É uma vitória? Sim, e devemos comemorar.

No entanto, não podemos deixar de lembrar que ficaram algumas maldades como a desobrigação dos municípios de destinar investimentos para áreas sociais como saúde, redirecionando recursos para a dívida previdenciária. Isso atinge diretamente a garantia de serviços básicos essenciais. Além disso, a aprovação da PEC 66 poderia diminuir o limite de pagamento de precatórios que geralmente tem o trabalhador como principal credor.

Insisto no tamanho e na importância da vitória que tivemos como trabalhadores(as) em relação a uma PEC que já havia sido aprovada por unanimidade no Senado. Mas também quando falamos em previdência e, em especial, na nossa previdência que é gerida pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de São Leopoldo (IAPS), é importante lembrar que não houve reformas – somente as impositivas pela EC 103/19.

Dessa forma, os(as) servidores(as) não sentiram o impacto que a Reforma da Previdência do governo Bolsonaro impôs aos trabalhadores cobertos pelo Regime Geral de Previdência e aos servidores federais. Acontece que essa reforma, apesar de não ser impositiva como a PEC 66 (em que os prefeitos não suariam as mãos para aplicar uma reforma austera aos servidores), fragiliza a legislação dos municípios e estados. Ou seja, ela pode ser feita a qualquer momento em que um prefeito ou um governador resolver que deve “economizar” cortando os direitos do servidor. Podemos usar exemplos de municípios vizinhos ou mesmo a situação do próprio estado do Rio Grande do Sul que cobra contribuição de aposentados a partir de benefícios de apenas um salário mínimo. Portanto, a luta não está apenas na PEC 66



quando falamos da garantia da nossa previdência. Ela passa também pela revogação da EC 103/19.

Com esse entendimento, o CEPROL Sindicato esteve representado na Marcha à Brasília para a revogação dos ataques aos direitos da classe trabalhadora. Nas pautas da marcha, estavam incluídas a revogação da Reforma da Previdência, a revogação da Lei das Terceirizações irrestritas e a revogação da Reforma Trabalhista (LEI 13.467/2017).

É importante lembrar que essas leis que atacam os(as) trabalhadores(as), aprovadas nos últimos anos, ajudam a precarizar a previdência e a as condições de trabalho como um todo. Dessa forma, uma pauta constante e permanente do CEPROL é a combate a essas leis e a defesa da classe trabalhadora. Por esse motivo, estamos engajados no Comitê Nacional de Sindicatos pela Revogação das Reformas Trabalhista, da Previdência e da Lei das Terceirizações. Entregaremos, em Brasília, nossa carta manifesto com assinatura de mais de mil sindicalistas em março de 2025.



*Diretor do CEPROL no cargo de 1º Tesoureiro. | *Graduado em Letras pela UFRGS | *Especialista em Literatura Brasileira pela UFRGS. | *Presidente do Conselho Deliberativo do IAPS | *Membro do CME.

Ponto de Vista

*Do ponto de vista da terra quem gira é o sol
Do ponto de vista da mãe todo filho é bonito
Do ponto de vista do ponto o círculo é infinito
Do ponto de vista do cego sirene é farol*

*Do ponto de vista do mar quem balança é a praia
Do ponto de vista da vida um dia é tão pouco
Guardado no bolso do louco
Há sempre um pedaço de Deus
Respeite meus pontos de vista
Que eu respeito os teus*

*Às vezes o ponto de vista tem certa miopia,
Pois enxerga diferente do que a gente gostaria
Não é preciso por lente nem óculos de grau
Tampouco que exista somente
Um ponto de vista igual*

O jeito é manter o respeito e ponto final

(Composição: João Cavalcanti / Edu Krieger)

TUDO O QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE A PREVIDÊNCIA DOS MUNICIPAIS

Por ADRIANA MUSSINI LISBOA*

O que é um Regime Próprio de Previdência e qual a diferença do Regime Geral?

Os RPPS são regimes instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, até 13 de novembro de 2019, para amparar os servidores públicos titulares de cargos efetivos, que assegura por lei aos seus segurados os benefícios de aposentadoria e pensão por morte, e devem ser organizados pelos respectivos entes federativos na forma do art. 40 da Constituição Federal e da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998. No Brasil, todos os Estados e Capitais possuem RPPS e há, atualmente, cerca de 2.100 Municípios com RPPS ativos.

RPPS é a sigla para Regime Próprio de Previdência Social, um sistema de previdência exclusivo para servidores públicos efetivos. Cada entidade federativa, como municípios e estados, pode estabelecer seu próprio RPPS, sendo que após a EC 103 fica vedado a criação de novos RPPS.

O RPPS é diferente do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), que é administrado pelo INSS e abrange a maioria dos trabalhadores brasileiros. A principal diferença entre os dois é a gestão e os membros elegíveis.

O RPPS tem as seguintes características: a) É um sistema contributivo e solidário, pois é custeado pelos servidores e pelo município. b) As aposentadorias e pensões são custeadas pelas contribuições dos servidores ativos, inativos e pensionistas. c) A autonomia do RPPS permite que ele se adapte às especificidades dos servidores, oferecendo planos de benefícios

específicos para cada carreira. d) A gestão do RPPS deve ser transparente e rigorosamente conforme as normas legais.

O Ministério da Previdência Social (MPS) orienta, acompanha e supervisiona os RPPS. O Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão (Pró-Gestão RPPS) incentiva os RPPS a adotarem as melhores práticas de gestão previdenciária. Já o Regime Geral de Previdência Social (RGPS/INSS) é um regime público administrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que engloba os trabalhadores da iniciativa privada e servidores não filiados a regimes próprios – é destinado a pessoas que trabalham no setor privado – ou mesmo no setor público, quando não estejam filiadas ao regime próprio. É também obrigatório (quem exerce atividade remunerada deve estar filiado/a), nacional (as mesmas regras valem em todo o país) e público.

No RGPS/INSS, as contribuições dos trabalhadores em idade ativa (atual geração de trabalhadores) financiam o pagamento dos atuais aposentados, havendo, portanto, solidariedade entre as gerações. Quando os trabalhadores de hoje conquistarem a aposentadoria, novos trabalhadores estarão contribuindo para o pagamento desses benefícios e assim por diante. É o que chamamos de regime de repartição simples, o qual funciona por meio de um pacto entre as diferentes gerações, garantido pela Constituição Federal. Esse método de financiamento é utilizado na maioria dos sistemas previdenciários públicos no mundo.

Qual a estrutura administrativa do IAPS e quais são suas receitas?

Hoje o IAPS tem a seguinte estrutura administrativa: 1) Diretoria-Geral; 2) Procuradoria-Geral do IAPS; 3) Diretor de Administração e Finanças; 4) Diretoria de Benefícios. Hoje o grupo de trabalho conta com 20 profissionais. As principais receitas do IAPS são de contribuições dos servidores e patronais. Temos em vigor alguns termos de parcelamento de dívidas firmados com a Prefeitura que também compõem as receitas. Ainda contamos com aluguéis do Prédio da Câmara Municipal e do prédio onde está o IAPS, que são de sua propriedade. Além desses recursos ainda temos a compensação previdenciária que recebemos do RGPS e outros RPPS.

Quem administra os recursos do IAPS?

A gestão dos recursos do IAPS é própria, ou seja, os dirigentes do instituto juntamente com o Comitê de Investimentos tomam as decisões referente aos investimentos e desinvestimentos.

Como está a saúde financeira do instituto?

O IAPS tem segregação de massa, o que significa dois fundos dividindo a massa de servidores: o FUNDO PREVIDENCIÁRIO dos servidores que ingressaram a partir de 01/01/2010; e o FUNDO DE CAPITALIZAÇÃO que, como o nome diz, está com resultado superavitário, tendo uma saúde financeira e atuarial satisfatória para cobertura dos benefícios concedidos e a conceder. O FUNDO FINANCEIRO, dos servidores que ingressaram até 31/12/2009, foi criado já sabendo-se que

em algum momento haverá falta de recursos para cobertura dos benefícios. Contudo, ainda há reservas financeiras para suprir essas demandas e na falta de recursos existe a obrigatoriedade da Prefeitura em aportar recursos e realizar os pagamentos necessários.

Quando se diz que há dívidas do município de São Leopoldo com o IAPS, cremos que interessa saber quais são essas dívidas, de quando são e o que elas impactam com os gastos com pessoal, como por exemplo reajustes, de acordo com a lei de responsabilidade fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000)?

Conforme o último cálculo atuarial, o percentual dentro da Receita Corrente Líquida (RCL) não seria impactada pelos parcelamentos vigentes, mas esse questionamento deve ser melhor esclarecido pela Secretaria da Fazenda do Município.

O que é cálculo atuarial e o que ele aponta em relação à situação previdenciária do município sobre a necessidade de realizarmos uma reforma na atualidade?

O cálculo atuarial é um método matemático que usa conceitos econômicos, financeiros e probabilísticos para determinar o valor das contribuições e dos recursos necessários para pagar os benefícios futuros de segurados. O cálculo atuarial é obrigatório para todos os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e deve ser realizado anualmente por um atuário, profissional capacitado.

Para realizar o cálculo atuarial, são consideradas diversas variáveis, como: a) Taxas de mortalidade; b) Idade dos participantes; c) Sexo dos participantes; d) Média de crescimento salarial; e) Componentes familiares; f) Idade de aposentadoria pretendida; e



ADRIANA: “O IAPS conta hoje com uma reserva de valor no montante de R\$ 500.746.715,43 (dados de outubro de 2024) e um saldo a receber da Prefeitura (dos parcelamentos) de R\$ 258.837.251,00.”

g) Regras dos planos de contribuição. O cálculo atuarial deve ser atualizado anualmente, pois as variáveis mudam constantemente. Atuarialmente a reforma beneficia o cálculo e seus resultados, pois estabelece um período maior de contribuição com a elevação da idade.

Em relação à divisão de massas, quais são as perspectivas de déficits em cada uma delas e sua interferência em uma possível Reforma Previdenciária?

O Fundo Previdenciário não tem previsão de falta de recursos nos próximos anos, hoje o saldo financeiro é suficiente para cobertura dos benefícios. O Fundo Financeiro, como já explicado, vai ter seus recursos findados nos próximos anos e será necessário aporte da Prefeitura para cobrir as despesas dos benefícios dos aposentados e pensionistas. O IAPS não fez estudo técnico de impacto

da Reforma da Previdência porque nunca foi a intenção do atual governo realizar a mudança. Mas, certamente, o impacto maior seria no Fundo Previdenciário, de capitalização, o que deixaria a situação mais confortável para assegurar os benefícios futuros.

Seria, de fato, necessária a Reforma da Previdência?

Se fossemos analisar a questão pelo ponto de vista de gestor de fundos, eu diria que a situação financeira e atuarial do IAPS ficaria mais confortável para garantir os pagamentos dos benefícios ao longo dos anos. Por outro lado, temos o funcionalismo que teria alguns direitos revogados, como a retirada da integralidade dos benefícios – todos seriam por média, e a paridade dos reajustes, todos seriam pelo INSS. O tempo que o servidor ficar no cargo impactará diretamente na média das suas contribuições e definição dos valores a receber; isso faz com que todos tenham que contribuir mais tempo para aumento de seus benefícios. Todos os servidores, mesmo os que estivessem perto da aposentadoria teriam regras de transição que aumentariam o tempo de contribuição para garantir o direito, causando um impacto grande no planejamento das aposentadorias, visto que hoje grande parte dos nossos servidores ainda utiliza regras com paridade e integralidade.



*Diretora Administrativa e Financeira do IAPS Gestão 2005/2012 e 2017/2024 | Graduada em Ciências Contábeis pela Unisinos (2010) | Pós-Graduada em Investimentos e Geração de Valor pela Unisinos (2022) | Com Certificação Profissional da Secretaria da Previdência (SPREV) | Certificação do responsável pela gestão dos recursos e membros do comitê de investimentos do RPPS (2023)

COMBATE À FOME, CLIMA E NOVA GOVERNANÇA GLOBAL FORAM CENTRAIS NO G20 SOCIAL

Foto: CONFETAM

Foram três dias de debates, construção de consensos em torno das principais propostas apresentadas durante todo o processo que terminou com a Cúpula do G20 Social que reuniu mais de 49 mil pessoas entre 14 e 16 de novembro, no Boulevard Olímpico, no Rio de Janeiro. Nas 520 horas de atividades realizadas na cúpula, estiveram presentes 19.140 pessoas credenciadas – inclusive o tesoureiro do CEPROL Sindicato Felipe Diego da Silva que compôs uma grande delegação ligada à Confetam/CUT.

A cerimônia de encerramento da cúpula reuniu 2500 pessoas no Armazém 3 do Boulevard Olímpico e contou com a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e dos ministros Márcio Macêdo, da Secretaria-Geral da Presidência da República, que coordenou todo o processo do G20 Social e da Ministra da Igualdade Racial Anielle Franco e de lideranças de movimentos sociais do Brasil e do mundo.

O evento, considerado histórico por marcar a primeira vez que a sociedade civil participa oficialmente da Cúpula do G20, reuniu líderes sindicais, movimentos sociais



CEPROL NO DEBATE MUNDIAL: diretor Felipe Diego representou São Leopoldo

e entidades da sociedade civil para discutir o futuro do trabalho e o desenvolvimento global. O documento com as resoluções finais do evento foi entregue ao presidente Lula e foi encaminhado aos líderes de Estado na Cúpula do G20 nos dias 19 e 20 de novembro.

O documento possui três eixos prioritários: o combate à fome e às desigualdades, o enfrentamento às mudanças climáticas e transição energética justa; e a reforma da governança global. A Carta Final do G20 Social destaca o caráter de urgência do alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU.

A DECLARAÇÃO FINAL

O documento final apresentado se baseou nos três principais eixos do G20 Social: 1) Combate à fome, à pobreza e à desigualdade; 2) Sustentabilidade, mudanças do clima e transição justa; e 3) Reforma da Governança Global.

Além da defesa da soberania alimentar a partir da produção de alimentos saudáveis, o documento reafirma a centralidade defesa do trabalho decente, conforme os padrões da OIT, como elemento essencial na superação e das desigualdades – com o combate ao trabalho escravo, infantil,

o tráfico humano e todas as formas de exploração da vida e precarização do trabalho.

No documento, as entidades e organizações da sociedade civil brasileira reiteram a urgência de enfrentar as mudanças climáticas, com respeito à ciência e ao conhecimento ancestral dos nossos povos, destacando a importância dos compromissos de adaptação e mitigação no âmbito da Contribuição Nacionalmente Determinada (CNT) e do Acordo de Paris. A transição justa, como processo de transformação socioeconômica para um modelo sustentável, deve ser o princípio norteador para substituir o modelo de produção baseado em combustíveis fósseis por uma economia de baixo carbono.

A Declaração Final do G20 Social também reforçou a proteção de nossas florestas tropicais através da criação do Fundo Floresta Tropical para Sempre (TFFF) – um mecanismo de financiamento internacional dedicado à proteção e inclusão socioprodutiva das populações que delas vivem e as mantêm em pé.

Por fim, houve o registro da necessidade inadiável de reforma das instituições internacionais para que reflitam a realidade geopolítica contemporânea. promoção do multilateralismo e ampliação da participação dos governos e povos dos países do

Foto: Divulgação G20 Social



COMPROMISSO: Lula recebe a declaração

Nas 520 horas de atividades realizadas na cúpula, estiveram presentes 19.140 pessoas credenciadas – inclusive o tesoureiro do CEPROL Sindicato Felipe Diego da Silva que compôs uma grande delegação ligada à Confetam/CUT.

Sul Global nos fóruns decisórios. Em especial, a reforma do Conselho de Segurança da ONU é imprescindível para garantir a diversidade de vozes globais e promover soluções mais equilibradas e eficazes frente aos desafios atuais. Foi enfatizada a defesa de uma reforma que abrace a premissa da promoção da democracia e da

participação da sociedade civil. “A democracia está em risco quando forças de extrema direita promovem desinformação, discursos totalitários e autoritários, atentando contra os direitos humanos e veiculando mentira, ódio, preconceito, xenofobia, etarismo, racismo e violência nas relações sociais e políticas, dentro das fronteiras de cada país e no plano internacional. Defender a democracia implica em defender o Estado Democrático de Direito e a participação direta da população nos mecanismos nacionais e internacionais de regulação das informações”, diz o documento.

O exercício do direito à transparência e comunicação plural assegura uma governança global inclusiva, conferindo legitimidade e eficácia aos Estados e organismos internacionais. “Acreditamos que a justiça fiscal é uma ferramenta fundamental para alcançar o desenvolvimento sustentável. Por isso, defendemos a taxa progressiva dos super-ricos, com a garantia de que os recursos arrecadados sejam destinados a fundos nacionais e internacionais de financiamento de políticas sociais, ambientais e culturais”, demarca o documento.



DA REDAÇÃO

ESCOLA NÃO É EMPRESA E EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA

“Que tempos são esses em que temos de defender o óbvio?”
A conhecida questão atribuída ao dramaturgo e poeta alemão Bertolt Brecht (1898–1956) não poderia ser mais atual.



O 2º CONCEPROL: “Perspectivas Sociais, Políticas, Econômicas e Ambientais em Educação” foi realizado nos dias 26 e 27 de setembro de 2024, no Colégio São Luís, em São Leopoldo (RS). No primeiro dia foi apresentado o painel “Empresariamento da Educação: Efeitos nas Políticas Educacionais e na Profissão Docente” e no segundo dia ocorreu o debate dos então prefeituráveis. O segundo congresso da categoria das professoras e professores municipais leopoldenses foi precedido de um pré-congresso com debates nas escolas para contribuições para a construção da carta compromisso aos prefeituráveis de São Leopoldo; da Roda de Conversas (15/08) intitulada “O PNE da boca do povo” que foi uma atividade da Semana de Ação Mundial da Campanha Nacional pelo Direito à

Educação; e do Conselho Político Sindical Ampliado (03/09) que aprovou o Regimento Interno do congresso, debateu e contribuiu com a Carta Compromisso com a Educação 2024 aos então prefeituráveis.

Já na abertura do 2º Conceprol, a presidenta do sindicato, Cristiane Mainardi, relembrou uma triste coincidência: foi justamente no período pós-pandemia e de retorno 100% presencial nas escolas, que ocorreu o 1º Congresso, em 2022, com o tema “Educação para um novo tempo” e painéis com a filósofa Marcia Tiburi (de longa trajetória na Unisinos e pós-doutora) e com o doutor Ladislav Dowbor. Também foi naquele congresso que foi lançada a Revista CEPROL em AÇÃO.

Neste segundo congresso, aconteceu ainda durante

os esforços de reconstrução pós-catástrofe climática das cheias, as painelistas foram as professoras doutoras Rochele Santaiana (UERGS) e Viviane Klaus (Unisinos). O CEPROL Sindicato contou com o trabalho e a parceria da Tri TV Comunicação Produtora, do Colégio São Luís, do Comitê do Rio Grande do Sul da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, do Conselho Municipal de Educação (CME) do município, da Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Serviço Público Municipal (Confetam) e da Central Única dos Trabalhadores e das Trabalhadoras (CUT-RS) – estas duas últimas entidades às quais o sindicato é filiado.

É impossível lembrar do 2º Conceprol sem homenagear cada professora e professor que atravessou a tragédia das

cheias, se solidarizou, doou-se em movimentos voluntários. Especialmente àquelas e àqueles que foram diretamente atingidos, tendo suas casas e vidas devastadas com perdas materiais e traumas emocionais e, ainda assim, estiveram na linha de frente na limpeza, reconstrução e retomada das atividades nas EMEFs e EMEIs ao passo em que tentavam reorganizar e reconstruir suas próprias vidas.

O 2º CONCEPROL propôs a reflexão sobre os atravessamentos de fatores sociais, políticos, econômicos e ambientais em educação pela necessidade de se olhar o sistema capitalista que desenvolveu o crescimento econômico, mas, ao mesmo tempo, produziu desigualdades sociais e efeitos destrutivos ao meio ambiente. A racionalidade econômica neoliberal que impera hoje transforma tudo em mercadoria: seres humanos, animais e a natureza. Urge pensar a educação através da perspectiva econômica, pois escolhas econômicas também são decisões políticas. Urge pensar um futuro além do capitalismo, mais justo, mais humano e sustentável.

O que propusemos e propomos é o fortalecimento do princípio do comum, articulando lutas de resistência contra o capitalismo e combatendo a política neoliberal. O comum exige decisões coletivas e um Estado forte. O exercício da democracia não ocorre somente nas eleições, mas com o compromisso e a responsabilidade



de todos com o comum. E a educação em si? A escola é um ambiente privilegiado para o princípio do comum, mas vem sendo usada como dispositivo para subjetivação de valores da economia de mercado. “A escola enquanto ambiente de formação de crianças e jovens é acionada constantemente, a partir do imperativo da aprendizagem permanente para o mercado, na tarefa de impulsionadora do desenvolvimento de competências para a economia do século XXI”. (ALVES, KLAUS E LOUREIRO, 2021, p. 7)

A escola pública não é uma empresa, a educação não é mercadoria! Em tempos de avanço neoliberal, valores como inovação e eficiência devem ser questionados, pois organizações financeiras e o desenvolvimento econômico tencionam para fazer com que as escolas e as profissionais da educação se moldem às necessidades do capitalismo contemporâneo.

A realização do 2º CONCEPROL constitui-se como um movimento

re-evolucionário (evolução e revolução), que convoca a pensar a educação, a humanidade, o meio ambiente. Um movimento de resistência, de transformação, de re-existência. Não é em um tempo de colonização cultural, mas de liberdade e diversidade! O futuro é fruto das nossas escolhas do passado e das atitudes que temos que ter coragem no presente. É tempo de unidade na diversidade, de preservação da biodiversidade, de respeito a toda a forma de vida. Um novo tempo exige profundas mudanças! A educação para novos tempos deve focar no bem comum, na luta coletiva por políticas de combate às desigualdades para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável, pois o futuro das novas gerações e a vida humana dependem disso. É momento enfrentar os problemas e lutar por mudanças. Onde há poder, há formas de resistência e é preciso resistir para re-existir pelo direito à vida.



DA REDAÇÃO

2º CONCEPROL

26 e 27 de setembro de 2024
Colégio São Luís - São Leopoldo (RS)



O EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Por Viviane Klaus*

Os professores se constituem na carreira a partir dos saberes pedagógicos específicos e da experiência. O empresariamento é um tema muito polêmico, com efeitos nas políticas educacionais e na profissão docente. Dizer que o neoliberalismo existe não é suficiente, é como ele funciona e que efeitos produz, tendo sido pouquíssimo discutido na área da educação. Discutimos o neoliberalismo à sombra dos anos 80 quando ele emerge, algo que fica pairando. Quando falamos da racionalidade neoliberal estamos falando da produção de modos de vida que afeta a sociedade, a escola e as nossas vidas de um jeito muito sofisticado que quase não percebemos.

Chega de criticar a instituição escola, é preciso defendê-la! Muitas das críticas são de profissionais que não estudam educação, que não entendem nada de educação e portanto não são *experts*, principalmente grupos empresariais aqui no Brasil que acusam a escola o tempo todo. Muitos desses discursos, dessas acusações, acontecem de um jeito que deslizam porque nós também fizemos críticas, por exemplo: a escola precisa se reinventar, formar sujeitos para o século XXI.

*Doutora em Educação pela UFRGS e professora da Unisinos.



Patricia Guterer,
diretora do CEPROL



Alexandre Lucas, representante
do Comitê RS da Campanha Nacional



Cássio Ritter, diretor
do CPERS Sindicato

Gilberto Sidnei dos Santos,
fundador e ex-presidente do CEPROL



No dia 3 de setembro, o CEPROL promoveu reunião virtual e ampliada de seu Conselho Político Sindical e aprovou o regimento interno e contribuições do colegiado para a “Carta Compromisso com a Educação Pública” apresentada aos prefeituráveis e, depois, aos eleitos para o Executivo e o Legislativo.



A música de Jessica Nucci e Vicente Guindane



Auditério do Colégio São Luís, na noite de 26 de setembro



POR UMA EDUCAÇÃO LIBERTA DO NEOLIBERALISMO

Por Rochele da Silva Santaiana*

A coisa pública tem sido colocada em cheque e é necessário continuar lutando como força coletiva contra uma racionalidade neoliberal que imprime as marcas do consumismo, do produtivismo e tempo acelerado. Embora o caráter de defesa pareça exacerbado em alguns momentos, a realidade contemporânea nos empresta realidades em que a luta pelas obviedades se faz necessária. Temos o costume de separar as questões políticas e econômicas das nossas falas, nossos atos e mesmo dos nossos pensares, mas eles estão continuamente presentes no campo educacional.

O mercado como balizador dos atos em educação, as ações de empresariamento em educação a entrada em cena de diversos agentes nos ditames da educação nacional nos permitem dizer que se gestam e se organizam no regime de uma governamentalidade neoliberal. O neoliberalismo longe de existir somente em meios econômicos, atingiu e vem atingindo nossos modos de existência: pessoal e profissional. À escola e à docência!

*Doutora em Educação pela UFRGS e professora da UERGS.



Performance artística de Rebeca Rebu

CONHEÇA A ÍNTEGRA DO DOCUMENTO ASSINADO PELO PREFEITO-ELEITO E, ATÉ DEZEMBRO, POR 8 DOS 13 VEREADORES(AS) ELEITOS(AS) PARA A PRÓXIMA LEGISLATURA

O CEPROL Sindicato, integrando movimento da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, construiu com a categoria das professoras e professores de São Leopoldo a Carta Compromisso com a Educação que foi assinada por todos os prefeituráveis durante o II Conceprol, no debate promovido em 27 de setembro. A partir de outubro, o sindicato procurou os eleitos e eleitas para a próxima legislatura da Câmara Municipal de São Leopoldo e, em alguns dias, obteve também o compromisso de 8 dos 13 vereadores e vereadoras.

CARTA COMPROMISSO COM A EDUCAÇÃO 2024

Eu, (NOME DO(A) POLÍTICO(A)) candidato a prefeito da cidade de São Leopoldo [ou vereador(a) eleito(a)] pela coligação/partido [___], assumo a responsabilidade, a partir desse momento, através da assinatura desta Carta Compromisso, de ter como referência a Plataforma da Educação Municipal Leopoldense apresentada pelo CEPROL Sindicato e estar engajado(a) com as demandas da educação, assumindo os seguintes compromissos:

- 1) Valorização profissional dos/as professores/as municipais, reconhecendo seu papel fundamental para a cidade;
 - 1.1 - Respeitar a data-base para revisão salarial anual;
 - 1.2 - Proporcionar aumento real anual e isonomia salarial entre servidores/as com a mesma formação;
 - 1.3 - Realização de concurso público e combate às terceirizações e à privatização;
 - 1.4 - garantia da Lei Federal nº 11.738/2008, do Piso Salarial

Profissional Nacional do magistério; 1.5 - Respeito aos direitos trabalhistas: cumprimento das leis, em especial o Estatuto dos Servidores Públicos de São Leopoldo (Lei Municipal nº 6055/2006) e o Plano de Cargos e Carreiras (Lei Municipal nº 6573/2008), com destaque para a manutenção de 1/3 de hora atividade conforme estabelecido nesta lei;

2) Políticas em Saúde: implementação de plano de saúde acessível com contrapartida da prefeitura, políticas públicas de saúde mental, medidas de saúde e segurança no ambiente de trabalho, medidas de combate ao assédio moral, à discriminação e à desigualdade de gênero;

3) Educação pública municipal de qualidade: políticas públicas para qualificar o processo de inclusão; garantia da liberdade de cátedra e não criminalização da docência, combate a militarização das escolas e o homeschooling;

4) Condições de Trabalho Dignas: melhoria das estruturas

físicas, manutenção das escolas e revitalização dos espaços, salas de aula e administrativa climatizadas, investimento em novas tecnologias da educação e material pedagógico, proporcionar um ambiente laboral saudável, em especial, amplo investimento na recuperação das escolas atingidas pela enchente;

5) Respeito às Entidades Sindicais e a Negociação Coletiva: diálogo e respeito com os/as representantes sindicais eleitos/as pela categoria, estabelecendo através do sindicato uma ligação entre a administração, a gestão pública e os/as professores/as;

6) Assegurar a gestão democrática da educação pública municipal através do fortalecimento dos Conselhos Escolares e dos Grêmios Estudantis, bem como da eleição para a indicação das Equipes Diretivas de cada unidade escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de São Leopoldo como representantes da Comunidade Escolar;

7) Realização da Conferência Municipal de Educação para construir o novo Plano Municipal de Educação, que tem vigência até 24/06/2025, em consonância com o PNE.

8) Garantir a aposentadoria, combater a PEC nº 66/2023 e NÃO implementar a Reforma da Previdência no RPPS do município.

Local e Data: [___]

Assinatura: [___]



SAIBA QUEM SÃO OS ELEITOS E ELEITAS QUE JÁ ASSINARAM A CARTA COMPROMISSO COM A EDUCAÇÃO PROPOSTA PELO CEPROL SINDICATO



1. Heliomar Franco (PL) – Prefeito eleito | VEREADORES(AS) - 2. Tarzan Correa (PDT) | 3. Ricardo Luz (PT) | 4. Anderson Etter (PT) | 5. Fábio Bernardo (PT) | 6. Iara Cardoso (PDT) | 7. Karina Camilo (PT) | 8. Jailson Nardes (PP) e 9. Fabiano Haubert (PDT). A direção do Sindicato vai informar pelo Instagram as datas agendadas para conversar com os vereadores Adão Rambor (PDT), Geison Freitas (PDT), Marcelo Pitol (PSD) e Falcão (PL).



DA CONFETAM

A CAMPANHA SALARIAL 2025, liderada pela Confederação dos(as) Trabalhadores(as) no Serviço Público Municipal (Confetam), em parceria com as federações estaduais e os sindicatos municipais e regionais, é o grito de resistência das servidoras e dos servidores públicos municipais em todo o Brasil. Neste ano, sob o tema “Quem Cuida Desta Cidade Sou Eu!”, unimos forças para defender o papel essencial da categoria e exigir o reconhecimento que ela merece. Sob a liderança da Confetam, as federações estaduais e os sindicatos de base estão mobilizados para transformar a campanha salarial em um movimento de resistência e luta.

Queremos reajustes que corrijam perdas salariais e garantam poder de compra, condições de trabalho que respeitem a dignidade das servidoras e dos servidores, e políticas que protejam nossos direitos. Mas não paramos por aí. A regulamentação das Convenções 190 e 151 da OIT, que combatem o assédio no trabalho e garantem o direito à negociação coletiva no setor público, é fundamental para democratizar as relações de trabalho e proteger quem está na linha de frente.

DA CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

A declaração final de líderes de países do G20 (leia mais nas páginas 14 e 15), que incorpora em diferentes dimensões o enfrentamento a desigualdades sociais no planeta, incluiu temas levados pelo GT de Educação e Cultura do C20, que foi cofacilitado neste ano pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e pela Flasco Brasil.

Reunidos no Rio de Janeiro, os chefes de Estado e de governo do G20, principal fórum de cooperação econômica internacional, afirmam na carta de compromissos o “PAPEL CRUCIAL DA EDUCAÇÃO E DA FORMAÇÃO DE QUALIDADE” para a garantia dos direitos humanos, que tem como pontos centrais a valorização dos profissionais da educação, a educação plenamente inclusiva e o enfrentamento aos desafios das novas tecnologias – em especial, da inteligência artificial – na educação.

DA CUT

ESCALA 6X1: O MOMENTO DE AVANÇAR COM AS CONQUISTAS DA CLASSE TRABALHADORA | As redes sociais foram tomadas pela mobilização das pessoas em apoio à PEC que trata do fim da escala 6x1. O debate sobre o tema é fundamental para a classe trabalhadora e deve ser prioridade das centrais sindicais, federações e sindicatos. O projeto trata essencialmente da redução da jornada de trabalho sem redução de salário, para que as trabalhadoras e trabalhadores possam ter mais tempo para viver. Não podemos mais ter jornadas extensivas, tão pesadas que muitas vezes se assemelham às jornadas de trabalho medievais, onde homens, mulheres e até crianças chegavam a trabalhar mais de 16 horas por dia.

É preciso que a tecnologia, a automação e a inteligência artificial sejam usadas de forma racional, melhorando a vida das pessoas, ou seja, trabalho digno não extensivo em seu tempo. Essa experiência já tem sido bem-sucedida em diversos países que adotam, por exemplo, a semana de quatro dias sem redução de salário, com aumento de produção, na contramão da lógica de que isso diminuiria a produção. Não só aumentou a produção, como nos locais onde foi adotada, as pessoas estão trabalhando mais felizes. Por isso, somos totalmente a favor da PEC que propõe o fim da escala 6x1. Deve ser uma das prioridades da classe política e das entidades sindicais.



UM RETRATO FIEL DO QUE PENSA A CATEGORIA DOCENTE MUNICIPAL EM SÃO LEOPOLDO

Foto: Acervo pessoal

BOA AVALIAÇÃO DO SINDICATO E MANIFESTAÇÕES DE MEDO E DE ESPERANÇA DÃO A TÔNICA DA PESQUISA DO CEPROL COM A CATEGORIA EM SÃO LEOPOLDO

Entre os dias 11 e 15 de novembro, a direção do Ceprol Sindicato encaminhou, via listas de transmissão do Whatsapp para todas e todos os filiados, o link de um formulário on-line com 10 perguntas objetivas obrigatórias e uma pergunta dissertativa de resposta opcional. Dos 1.420 filiados e filiadas, 285 profissionais da Educação municipal de São Leopoldo responderam as questões objetivas, ou seja, 20,07% da categoria. A questão dissertativa, que era opcional, foi respondida por 127 professoras e professores, ou seja, por 8,94% do total de filiados e filiadas. O CEPROL decidiu fazer uma pesquisa anônima, sem que se pudesse identificar o(a) autor(a) das respostas – o que garantiu, na opinião da diretoria do sindicato a tranquilidade necessária para que a categoria se manifestasse sem nenhum receio de exposição ou futuras retaliações de qualquer natureza.

Nenhuma outra pesquisa de opinião, mesmo as de melhor metodologia dos grandes institutos que fazem medições durante períodos de campanha eleitoral, por exemplo, alcança tamanha fidelidade. De acordo com o auditor-fiscal Dão Real

Pereira dos Santos, ex-presidente e atual diretor do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, a quem pedimos uma análise técnica do levantamento, “trata-se de uma pesquisa altamente qualificada com uma amostragem realmente bastante expressiva do universo total”. Dão Real, que também é membro do Instituto Justiça Fiscal, aponta ainda que a pesquisa tem uma “qualidade extremamente útil para a gestão sindical, porque ela traça um perfil muito claro e muito preciso da categoria”. “Achei esse um trabalho bastante interessante, um trabalho de fôlego”, diz Dão Real. “Me chamou a atenção na pesquisa o alto grau de conhecimento da categoria em relação às ações do sindicato. Isso não é muito comum nos sindicatos de forma geral. As pessoas acabam muitas vezes



Dão Real: Diretor do Sindifisco Nacional

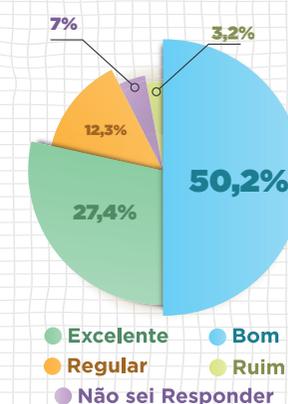
“É uma pesquisa de fôlego. Vai orientar melhor o sindicato mas pode servir como um contraponto para o gestor, para o secretário, para o prefeito organizar o ensino, tentando minimizar os riscos, tentando minimizar as preocupações e as incertezas demonstradas pela categoria.”

não acompanhando tudo o que o sindicato vem fazendo.

Outro ponto que me chamou bastante atenção é o que mostra as principais preocupações da categoria”, diz Dão.

Em sua análise, Dão Real destaca: “A pesquisa coloca a questão previdenciária, das aposentadorias, em primeiro lugar, antes mesmo das questões salariais”. Segundo ele, isso demonstra que a categoria está

Qual o seu grau de satisfação com a atual diretoria do CEPROL Sindicato?



Continua

consciente dos riscos que corre em relação a alterações na legislação sobre a previdência dos servidores, especialmente sobre a previdência dos professores e professoras.

Por fim, Dão analisa que as preocupações que a pesquisa revela são extremamente importantes não apenas para o sindicato orientar as suas ações, como também para a própria Administração Pública e a Secretaria Municipal de Educação. “Ou seja, é uma pesquisa que serve tanto para as lutas sindicais quanto para a gestão do ensino no município. Então, de muitas formas, a pesquisa orienta melhor o sindicato, mas pode servir sim como um contraponto para o gestor, para o secretário, para o prefeito organizar o ensino, tentando minimizar os riscos, tentando minimizar as preocupações e as incertezas demonstradas pela categoria”, conclui.

A ANÁLISE DA DIREÇÃO DO SINDICATO SOBRE A QUESTÃO DISSERTATIVA

A direção do CEPROL Sindicato fez uma profunda análise das 127 respostas dissertativas para questão optativa: “Cite três aspectos (positivos ou negativos) que, na sua opinião, marcarão a próxima gestão do governo municipal em relação à educação”. As respostas apresentadas pelos docentes refletem uma mistura de preocupações, expectativas e sentimentos de incerteza em relação à próxima gestão municipal na área da educação. Abaixo, os principais aspectos estão organizados em categorias, com contagem aproximada de menções para cada tema:

1. Aspectos negativos destacados

Os participantes demonstraram grande preocupação com possíveis retrocessos e prejuízos à categoria.

1.1 Retirada de direitos (23 menções) – Temores sobre mudanças no plano de carreira, como a retirada de benefícios conquistados ao longo dos anos. Insegurança em relação à Previdência e aposentadoria. Possibilidade de perda do 14º salário e outros direitos adquiridos.

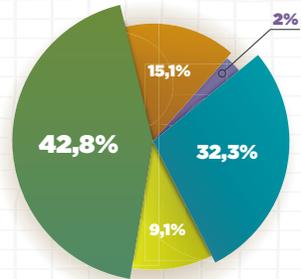
1.2 Desvalorização profissional (19 menções) – Preocupação com arrocho salarial, ausência

de reajustes ou valores abaixo da inflação. Falta de reconhecimento à importância da categoria e do trabalho docente. Denúncias de condições precárias de trabalho, como falta de estrutura e suporte.

1.3 Autoritarismo e falta de diálogo (16 menções) – Críticas à possibilidade de uma gestão centralizadora e pouco democrática. Temores de ausência de diálogo entre a gestão, o sindicato e a categoria. Percepção de falta de abertura para ouvir as demandas dos professores.

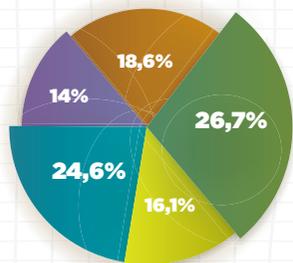
1.4 Retrocesso e precarização (22 menções) – Risco de desmonte de programas educacionais existentes

Na sua opinião, quais devem ser as prioridades do CEPROL em 2025?



- **Garantia da aposentadoria e combate à Reforma da Previdência**
- **Reajuste salarial**
- **Melhores condições de trabalho e qualidade no processo de inclusão (como a bidocência)**
- **Garantia da Lei de Gestão Democrática nas escolas**
- **Formação docente**

Na sua opinião, qual foi a melhor ação do sindicato da atual gestão (2023-2024).



- **Campanha Salarial**
- **Articulação sindical em defesa da categoria com acompanhamento dos casos levado à Ouvidoria da SMED**
- **Festa CEPROL de final de ano de 2023 que reuniu mais de 700 pessoas na Sociedade Ginástica**
- **II CONCEPROL - Congresso de Educação do CEPROL realizado em setembro de 2024**
- **Paralisação do Bicentenário 2/4/24: reivindicação de reajuste e melhores condições de trabalho**

e redução de investimentos. Temores de privatização, terceirização e outras formas de enfraquecimento da educação pública. Possibilidade de descontinuidade de ações bem-sucedidas da gestão anterior.

1.5 Assédio moral e pressão (11 menções) – Críticas ao uso da Ouvidoria como instrumento de perseguição, com relatos de famílias usando o sistema para pressionar professores. Medo de perseguições e intimidações dentro das escolas, tanto pela gestão quanto por apoiadores do novo governo.

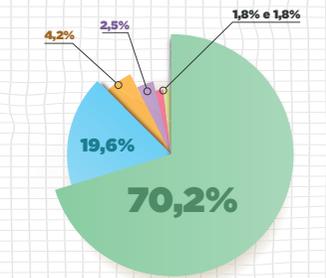
2. Aspectos positivos esperados

Embora em menor número, algumas respostas apontaram expectativas de mudanças benéficas.

- 2.1 Mudanças na equipe (7 menções) – A troca de gestores foi mencionada como uma oportunidade para corrigir erros e trazer inovação. Alguns enxergam o novo governo como uma chance de “novos ares” para a educação.
- 2.2 Esperança de diálogo (9 menções) – Desejo de que haja maior abertura para negociações com o sindicato e a categoria. Expectativa de que a gestão promova uma parceria construtiva com os professores.
- 2.3 Investimentos pontuais (6 menções) - Esperança de construção de novas escolas e ampliação do turno integral.



Qual sua função na Rede Municipal de Ensino de São Leopoldo



- **Professor(a)**
- **Aposentado(a)**
- **Supervisor(a)**
- **SMED**
- **Supervisor(a)**
- **Vice-diretor(a)**

Expectativa por mais transparência nas ações e maior foco em resultados

3. Sentimentos predominantes

- 3.1 Incerteza e apreensão (28 menções) – Muitos professores preferiram não opinar, destacando que ainda é cedo para avaliar a nova gestão. Relatos de insegurança devido à falta de conhecimento sobre as propostas ou planos para a educação.
- 3.2 Desconfiança (17 menções) – A associação do governo municipal a políticas de direita gerou temores de cortes, precarização e autoritarismo. Ceticismo sobre a continuidade de projetos e ações bem-sucedidas da gestão anterior.
- 3.3 Desejo de continuidade (8 menções) – Apelos para que sejam mantidas as conquistas obtidas nas gestões anteriores, como programas educacionais e condições favoráveis à categoria. Muitos destacaram que o governo deve evitar desmantelar ações

existentes apenas por questões políticas e ideológicas.

4. Temas recorrentes sugeridos

- A) Defesa de direitos históricos: priorizar a luta contra possíveis ataques ao plano de carreira, aposentadoria e outros direitos.
- B) Valorização salarial: luta por reajustes condizentes com a inflação e a recuperação da defasagem salarial da categoria.
- C) Condições de trabalho: cobrar melhorias na infraestrutura escolar e no suporte para os professores.
- D) Combate ao autoritarismo: monitorar a nova gestão municipal para garantir a preservação da democracia e da liberdade pedagógica.
- E) Atuação sindical ativa: muitos expressaram a expectativa de que o CEPROL se mantenha firme na defesa da categoria.

5. Conclusão

A categoria demonstra predominância de preocupações e receios, com foco na necessidade de manutenção de direitos adquiridos, valorização profissional e condições dignas de trabalho. Por outro lado, alguns veem a mudança de gestão como uma oportunidade de renovação, desde que os gestores estejam abertos ao diálogo e dispostos a construir parcerias. A atuação do sindicato será crucial para proteger as conquistas da categoria e garantir que a educação pública continue avançando.

No dia 13 de dezembro de 2024, acesse todos os gráficos da pesquisa no Instagram @ceprolsindicato

SÃO LEOPOLDO NO CORAÇÃO DA ARTICULAÇÃO NACIONAL PELA EDUCAÇÃO

Fabiane Bitello, do Conselho Municipal de Educação, assumirá a Vice-Presidência Executiva da UNCME

Fotos: Henri Figueiredo

A professora leopoldense Fabiane Bitello Pedro, 50 anos, visitou o CEPROL Sindicato na quinta-feira, 7 de novembro de 2024, e anunciou que vai assumir, a partir deste mês de dezembro, a Vice-Presidência Executiva da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), tornando-se a principal articuladora da entidade junto ao Ministério da Educação e ao Congresso Nacional. Fabi, como é conhecida, tem 25 de docência no município de São Leopoldo e é a atual Presidente da UNCME para Região Sul. De acordo com ela, “o CEPROL é um dos parceiros para potencializar e valorizar as professoras, professores, equipes diretivas e servidoras”. Para a presidenta do CEPROL Sindicato, Cristiane Mainardi, “Fabiane é uma colega sindicalizada protagonista da defesa da Educação e do serviço público. O CEPROL valoriza muito a trajetória de Fabiane que, agora, coloca São Leopoldo no centro de muitas das decisões nacionais na área da Educação”. “Reafirmamos nossa parceria, que já vem de vários anos, na luta por uma Educação pública de qualidade e contra a precarização do trabalho”, diz Cristiane. Nesta entrevista, exclusiva para a Revista CEPROL EM AÇÃO, Fabiane descreve como deve ser suas próximas ações e faz uma análise do quadro atual e das perspectivas da área da Educação na nova conjuntura política, após as eleições municipais de outubro.



Mesa redonda: Fabi Bitello, Rosi Petersen, Felipe Diego da Silva e Cristiane Mainardi

CEPROL EM AÇÃO – Quais serão os seus desafios e atribuições, a partir de dezembro, quando você assumir a Vice-Presidência Executiva do UNCME?

FABIANE – A posse será provavelmente em dezembro de 2024, em Brasília. Já fui apresentada no Ministério da Educação, inclusive. Dentro da UNCME, vou representar o presidente em vários atos e temos um acordo de que toda a relação institucional com o MEC e o Congresso Nacional será feita por mim. Com isso, eu deixarei a presidência da Região Sul mas, aqui no RS, eu permaneço como diretora de formação. No dia 6 de novembro, por exemplo, eu dei formação para 122 pessoas do Rio Grande do Sul inteiro sobre Base Nacional Comum Curricular para Computação, que agora é obrigatória e é a condicionalidade número 5 do VAAR. O município precisa agregar no seu documento de território, a computação. E levamos o Núcleo de Tecnologias Educativas Municipal, aqui de São Leopoldo, para mostrar o

que eles têm – mesmo que ainda não esteja normatizado. Portanto, agora o desafio do Conselho Municipal de Educação (CME) – a partir da comissão especial que criamos – é montar uma resolução que garanta esse trabalho. São Leopoldo faz muita coisa e gente fala bem pouco sobre tudo isso.

CEPROL EM AÇÃO – Qual sua expectativa em relação à relação com o ministro da Educação Camilo Santana?

FABIANE – Institucionalmente, o ministro Camilo Santana ainda não recebeu a UNCME. O que é ruim. No entanto, temos uma relação estreita com todas as secretarias do MEC. Existem nove Grupos de Trabalho em atividade hoje no MEC e, destes, a UNCME participa de sete. Só não participamos dos GTs do Ensino Médio e do Ensino Técnico Profissional. Além disso, participamos do Comitê de Educação em Tempo Integral – que acompanha a área que tem um dos maiores orçamentos do MEC (talvez só perca

para o Programa “Pé de Meia”). Então estamos neste comitê que lida um orçamento robusto que visa buscar a mudança da concepção da Educação; além da ampliação de tempo, porque o que discutimos não é fazer mais do mesmo, mas fazer mais para que as crianças tenham mais qualidade, para que possam se alimentar melhor etc. Ou seja, que abrange um grande conjunto de ideias com as quais trabalhamos.

CEPROL EM AÇÃO – E como você prevê a relação com os deputados federais e senadores da República?

FABIANE – No Congresso Nacional temos algumas portas abertas. Dentro da proposta enviada já pelo governo federal, não existem conselhos de educação, nem nacional, nem estadual, muito menos municipal. Então procuramos o deputado federal Idilvan Alencar (PDT-CE) e também o senador Flávio Arns (PSB-PR), antecipando já a articulação.

CEPROL EM AÇÃO – Como a relação da UNCME com o CEPROL pode fortalecer as políticas públicas de Educação na base?

FABIANE – É uma relação importante que envolve o CME e o CEPROL. Além de o sindicato hoje compor o conselho, sendo representando pelo tesoureiro Felipe Diego da Silva, acredito que neste ano de 2024 melhoramos muito a nossa relação. É comum diante de um cenário de mudança de conjuntura política que os agentes políticos tendam a se fechar e proteger seus projetos, planos e ideias de ações futuras. Vejo que hoje estamos muito mais maduras e maduros para poder crescer e



Fabi: nova vice-presidente executiva da UNCME

“O CEPROL e o CME têm um papel fundamental na área da Educação em São Leopoldo e fora do município – se verificarmos bem, estamos falando de instituições reconhecidas nacionalmente, para muito além do limite territorial.”

atuar juntos institucionalmente. Acredito os sindicatos de professoras e professores e os CMEs têm um papel que independem de governos. As pessoas que compõem essas instituições têm diversas convicções e bandeiras pessoais – e é necessário que seja assim até para ampliar as discussões e debates.

CEPROL EM AÇÃO – Como está a sua expectativa em relação à formação do novo governo municipal, em especial na área da Educação?

FABIANE – Enquanto CME, nós precisamos dialogar com a futura gestão. Assim como dialogamos com a atual gestão, com as gestões passadas na Prefeitura, independentemente de quem estava na Secretaria de Educação. Nós pensamos em políticas públicas e acreditamos, por exemplo, que existem muitas iniciativas desta atual gestão que precisam continuar.

CEPROL EM AÇÃO – O CEPROL tem verificado, especialmente nos municípios vizinhos, uma fragilidade da Gestão Democrática, da Eleição de Equipes Diretivas. No final de 2025, teremos novamente eleições de equipes diretivas. Nós temos um trabalho de parceria forte em fazer a discussão do VAAR, das condicionalidades e outras questões bem específicas. Como você vê essa situação hoje?

FABIANE – Acredito que um ponto fundamental é que a gente peca muito hoje pelo fato de não termos a autonomia financeira das escolas. Porque há gestores que fazem de tudo para angariar recursos e também há gestores que transferem a responsabilidade para as Secretarias de Educação dos municípios. Acaba que fica tudo muito condicionado ao perfil do gestor da escola. Quem não consegue se eleger, nessa situação, muitas vezes pede alteração de designação. Ou seja, ainda precisamos amadurecer muito nesse processo principalmente no aspecto de prepararmos as equipes diretivas para serem gestoras de fato.

CEPROL EM AÇÃO – Como você percebe esse processo de transição de governo?

FABIANE – Uma nova Lei de Gestão Democrática que integre os grêmios estudantis é importante. Acreditamos também que o diretor de escola deve ter assento no CME – inclusive para que entenda que é preciso liberar as professoras e professores para participar das plenárias do conselho. No entanto, todas essas questões, para nós, estão condicionadas ao anúncio do próximo ou da próxima secretária de Educação de São Leopoldo.



DA REDAÇÃO

Por HENRI FIGUEIREDO
Jornalista – MTb 12.085

O EXTREMISMO TENTA INVADIR A ESCOLA

Em artigo publicado no jornal “O Globo”, no domingo, 1º de novembro, o ativista pela infância, saúde coletiva e meio ambiente DANIEL BECKER – que também é pediatra e escritor –, alerta sobre as tentativas da extrema direita e do pior do agronegócio em influenciar a educação propondo as remoções de conteúdos críticos ao setor. O objetivo, segundo ele, seria “atualizar o material escolar com conteúdo científico” quando, na verdade, querem esconder que o Brasil é o maior consumidor do mundo de agrotóxicos (ou seja, veneno) em seus alimentos. “O extremismo avança e ameaça não apenas a democracia, mas nossa saúde e o futuro da nossa infância. As forças democráticas precisam resistir também a essa ataque doutrinário à educação das novas gerações”, conclui Becker.

BRASIL TEM 11 MIL PARTOS ANUAIS DE MENINAS MENORES DE 14 ANOS

Estudo da UFPEL dá a estimativa do tamanho da população de meninas que precisam de suporte após estupro e que perderiam o direito à interrupção da gravidez caso seja aprovada a PEC 164/2012. Apenas em 2023, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o país registrou quase 75 mil estupros, dos quais 56 mil (75%) foram contra vulneráveis.

TRUMP AMEAÇA TAXAR EM 100% PRODUTOS DO BRICS

Depois da vitória contra Kamala Harris na corrida eleitoral pela Casa Branca, Donald Trump tem exigido que o Brasil e os demais integrantes do Banco do BRICS “mantenham o compromisso com o dólar” sob o risco de dobrar as taxas das transações comerciais. O bloco do BRICS, criado em 2011, cujo banco hoje é presidido por DILMA ROUSSEFF, é formado por Brasil, Rússia, China, África do Sul (membros fundadores) e desde 1º de janeiro de 2024 foi ampliado com o ingresso de Egito, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Etiópia e Irã, que aderiram como membros plenos. A disputa geopolítica é maior do que a economia, trata-se de uma luta pelo multilateralismo nas decisões de afetam o planeta. Por isso, o temor dos EUA em perder sua “liderança” que só é mantida pelo poderio bélico (leia-se atômico) – afinal, se interessasse à China, o Império do Norte já teria decaído. Explica-se: hoje a China, segundo a empresa pública de radiodifusão da Alemanha Deutsche Welle (DW), é credora de US\$ 1,3 trilhão (cerca de R\$ 6,3 trilhões) em empréstimos ao longo da última década ao redor do mundo.

SEM ANISTIA PARA GOLPISTAS, MILITARES E TERRORISTAS

Os novos indiciamentos do ex-presidente inelegível Jair Bolsonaro (PL) e de seus ministros (civis e militares) pela trama do golpe e da abolição violenta do Estado Democrático de Direito – inclusive com planejamento de assassinatos de Lula, Alckmin e do ministro do STF Alexandre de Moraes, está levando a uma debandada dos políticos da direita tradicional que tiveram (a péssima) ideia de se alinhar ao bolsonarismo. RONALDO CAIADO, governador de Goiás, está à frente do movimento de saída pela direita. Já o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, parece ainda não ter percebido que seu renitente apoio ao líder do neofascismo brasileiro é abraço em afogado. A direita tradicional tem uma oportunidade de se reorganizar dentro do campo democrático já que, inclusive com o apoio do Centrão, o projeto de anista aos criminosos está em vias de ser sepultado no Congresso Nacional.

A HIPOCRISIA E A CHANTAGEM DO “MERCADO”

Depois do anúncio, pelo ministro da Fazenda Fernando Haddad, da proposta de deixar de cobrar imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil e taxar em 10% os que vivem de renda superior a R\$ 50 mil, o chamado “Mercado” voltou a sabotar o governo federal. Essa figura abstrata chamada “Mercado” é, na verdade, o cartel mundial que reúne especuladores financeiros, a mídia comercial, o setor de energia, a indústria bélica e automotiva, o agronegócio, a indústria farmacêutica (incluindo aí as drogas ilícitas) e, nas últimas décadas, as chamadas “big techs”. Os rentistas – que vivem de dividendos, aluguéis e outras formas de exploração – são cerca de 100 mil num universo de mais de 200 milhões de brasileiros. É a tal “ELITE DO ATRASO” muito bem descrita pelo professor, advogado, sociólogo e escritor Jessé Souza – ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).



*Se o mundo ficar pesado
Eu vou pedir emprestado
A palavra POESIA*

*Se o mundo emburrecer
Eu vou rezar pra chover
Palavra SABEDORIA*

*Se o mundo andar pra trás
Vou escrever num cartaz
A palavra REBELDIA*

*Se a gente desanimar
Eu vou colher no pomar
A palavra TEIMOSIA*

*Se acontecer afinal
De entrar em nosso quintal
A palavra tirania*

*Pegue o tambor e o ganzá
Vamos pra rua gritar
A palavra UTOPIA*

Jonathan Silva



UTOPIA

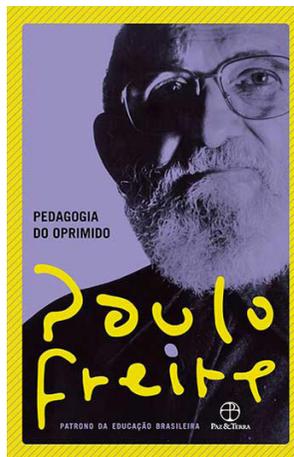
A GENTE NÃO QUER SÓ COMIDA

A Revista CEPROL EM AÇÃO fez uma seleta de livros, filmes, séries que tratam diretamente ou têm como pano de fundo a Educação. Porque a gente também quer cultura, diversão e arte.

LIVROS

“PEDAGOGIA DO OPRIMIDO”
PAULO FREIRE
(Recife, 1921 – São Paulo, 1997)

Mais conhecido trabalho do educador brasileiro Paulo Freire. É considerado pelo próprio autor como uma continuação do seu primeiro livro, Educação Como Prática da Liberdade. Clássico mundial. Escrito em 1968 – ano que “não terminou”, como disse Zuenir Ventura, com a edição do AI-5 –, já foi traduzido em mais de 20 idiomas. Nesta obra Paulo Freire traz uma reflexão de como o conhecimento é restrito para os que têm maior poder aquisitivo. E também de como o conhecimento liberta os oprimidos. Esse livro vai muito além da sala de aula: é uma lição de sociologia e serve para a vida.



Editora Paz e Terra, 2019

“COM OS SAPATOS ANIQUILADOS, HELENA AVANÇA NA NEVE”
MARCIA TIBURI

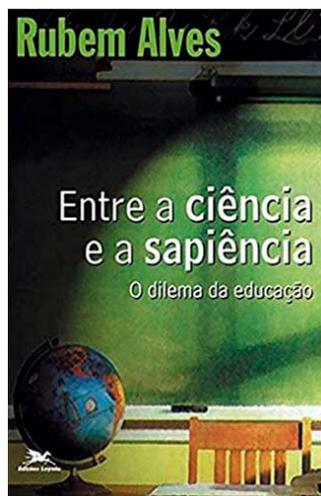
Neste thriller feminista nem um pouco conciliador, Marcia Tiburi alegoriza o turbilhão de violências vivido pelas mulheres de todas as épocas e lugares, lançando um olhar impiedoso para as grandes instituições garantidoras do extermínio das mulheres: a família, a igreja, a polícia, isto é, o patriarcado e seu truculento projeto de poder.



Editora Nós, 2023

“ENTRE A CIÊNCIA E A SAPIÊNCIA: O DILEMA DA EDUCAÇÃO”
RUBEM ALVES
(Boa Esperança-MG, 1933 – Campinas-SP, 2014)

Com linguagem clara e objetiva, ensina por meio de analogias a importância da profissão e o significado/impacto de tudo que fazemos ao discutir conceitos científicos. Diz Alves: “O que faz um povo são os pensamentos daqueles que o compõem. As escolas se dedicam a ensinar os saberes científicos, visto que sua ideologia científica lhes proíbe lidar com os sonhos, coisa romântica! Assombra-me a incapacidade das escolas de criar sonhos! Enquanto isto os meios de comunicação, principalmente a televisão, que conhecem melhor os caminhos dos seres humanos, vão seduzindo as pessoas com seus sonhos pequenos, frequentemente grotescos”.

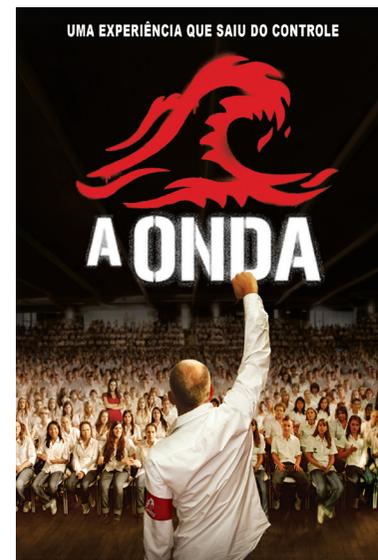


Edições Loyola, 1999

FILMES

“A ONDA” (Alemanha, 2008)

Com direção de Dennis Gansel, o filme conta a história do professor de ensino médio Rainer Wenger (vivido por Jürgen Vogel). Para ensinar as(os) estudantes sobre autocracia, o professor encontra uma maneira inusitada de chamar a atenção da turma e fazê-las(os) se interessar no tema: ele forma um governo fascista dentro da sala de aula. O movimento, intitulado de “A Onda”, que era pra ser apenas um projeto escolar, acaba saindo do controle do professor e se espalhando pela cidade. Rainer, que fora forçado a ministrar a aula, precisa agora impedir que as(os) alunas(os) repitam os erros e horrores que lembram a Alemanha nazista.



“AS AVENTURAS DE PI”
(EUA, 2012)

Dirigido pelo cineasta tailandês Ang Lee, o filme trata de filosofia e educação em situações extremas. Uma família de um dono de um zoológico localizado em Pondicherry, na Índia, decide se mudar para o Canadá, viajando a bordo de um imenso cargueiro. O navio naufraga e somente Pi, filho mais novo da família, consegue sobreviver em um barco salva-vidas. Perdido em meio ao oceano Pacífico, ele precisa dividir o pouco espaço disponível com um tigre-de-bengala chamado Richard Parker, o qual Pi aprende a domar e tornar seu aliado e que acaba por realizar com ele o resto de sua viagem. O filme foi indicado em 11 categoria e ganhou 4 Oscars, em 2013, incluindo direção e fotografia. Uma curiosidade polêmica é que este filme é adaptação de livro do escritor canadense Yann Martel, uma história análoga do grande escritor gaúcho Moacyr Scliar, morto em 2011: “Max e os felinos”. Scliar nunca quis processá-los por plágio.

SÉRIE

“MERLÍ”



Espanha, 2015 – 2018
Disponível na Netflix

Merlí é uma série produzida pela TV3 sobre um professor de filosofia que, usando alguns métodos pouco ortodoxos, incentiva seus alunos a pensarem livremente - dividindo as opiniões de alunos, professores e famílias. Com certa influência de filmes como “Sociedade dos Poetas Mortos”, Merlí tenta deixar a filosofia mais próxima de todos os públicos. Cada episódio se baseia nas ideias de algum pensador ou escola filosófica, como os peripatéticos, Sócrates, Aristóteles, Nietzsche ou Schopenhauer, que acabam servindo de fio condutor para os acontecimentos da série. No total, a série teve 40 episódios. Cada episódio leva o nome de um filósofo diferente. Foi criada e escrita por Héctor Lozano e dirigida por Eduard Cortés.

OS 25 ANOS DA CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

No jubileu, presidenta do CEPROL tornou-se a diretora da Região Sul do movimento

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação realizou, entre os dias 17 e 21 de outubro, a celebração de seu jubileu de 25 anos de existência. Uma série de homenagens, encontros e atividades formativas ocorreu no Recife e em Olinda, em Pernambuco, conforme a indicação do Encontro Nacional da Campanha de 2023. A comemoração destacou a trajetória de luta da Campanha e as conquistas do movimento ao longo desses anos, que contribuíram para o avanço da garantia plena do direito à educação para todas as pessoas residentes em solo brasileiro.

Reconhecida como a maior e mais diversificada articulação no setor educacional no Brasil, a Campanha funciona como uma rede que reúne centenas de grupos e entidades espalhados por todo o país, incluindo comunidades escolares, movimentos sociais, sindicatos, ONGs nacionais e internacionais, grupos universitários, estudantis, juvenis e comunitários, além de milhares de cidadãos. Com 25 anos de atuação dedicados à implementação e ampliação das políticas educacionais, garantindo

a todas as pessoas o direito a uma educação pública, gratuita, inclusiva, laica e de qualidade no Brasil.

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação (Campanha) surgiu em 1999, impulsionada por um conjunto de organizações da sociedade civil que participaria da Cúpula Mundial de Educação em Dakar (Senegal), no ano 2000. O objetivo era somar diferentes forças políticas, priorizando ações de mobilização, pressão política e comunicação social, em favor da defesa e promoção dos direitos educacionais. A Campanha “Brasileira” (Brazilian Campaign for the Right to Education) – como é mundialmente conhecida – primeiro participou da fundação da CGE (Campanha Global pela Educação), em 1999. A Campanha ocupou a direção dessa coalizão até 2011.

Desde 2002, a rede elabora os mecanismos do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) e do Custo Aluno-Qualidade (CAQ), incluídos no PNE graças à sua bem-sucedida incidência política. Os dois instrumentos calculam o quanto deve ser investido na educação básica pública para que o Brasil garanta padrões de qualidade nos estabelecimentos educacionais e nas escolas públicas. O CAQi e o CAQ representam uma inversão na lógica de financiamento da

educação no Brasil e são um grande marco rumo à uma educação de qualidade.

Fato inédito de incidência política na história da democracia brasileira – nunca as organizações e movimentos sociais tinham protagonizado mudanças em uma MP –, a vitoriosa incidência da rede na construção e elaboração do Fundeb foi reconhecida, em 2007, pelo Congresso Nacional com o agraciamento do Prêmio Darcy Ribeiro. A premiação repetiu-se em 2015, quando o coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, também foi agraciado com o Prêmio Darcy Ribeiro. Foi o reconhecimento à atuação incansável pela incidência política no PNE e na chamada Lei dos Royalties, além da luta pela implementação do CAQi, e de tantas outras conquistas pelo direito à educação no Brasil.

A Campanha também atuou junto à CIDH/OEA, levando denúncias sobre a violação do direito à educação. Foi o caso de duas sessões, em 2017, sobre as violações na pauta de gênero e orientação sexual, através da ação do Movimento Escola sem Partido, e sobre os cortes de investimentos para a área sob a EC 95/2016, que congela os investimentos em educação até 2036. Em ambas as pautas, os Comissionados se posicionaram a



A docência municipal de São Leopoldo foi representada, no evento, pela professora Angelita Fernanda Teixeira Lucas, da EMEF João Goulart. Quando presidenta do CEPROL, Angelita foi responsável por integrar o sindicato (e, portanto, o município) na Campanha. A atual presidenta do sindicato, Cristiane Mainardi, também presente nas comemorações do jubileu, foi eleita, em Pernambuco, como diretora da Campanha para a Região Sul – recolocando, assim, o CEPROL no âmago das articulações, lutas e debates promovidos pela rede nacional. Destacou-se também a grande delegação gaúcha em Recife e Olinda, apesar das dificuldades de voos pelo fato de que o Aeroporto Internacional Salgado Filho, de Porto Alegre, ainda não estava em operação nas datas do encontro.

favor da denúncia da Campanha e traçaram recomendações ao Estado Brasileiro.

Em 2020, o novo Fundeb foi aprovado no Congresso Nacional, com o Custo Aluno-Qualidade (CAQ) e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Sinaeb), tornando-se parte permanente de Constituição Federal de 1988 (Emenda Constitucional 108). Este foi um momento histórico e também inédito, já que foi a primeira vez na História do país que dois mecanismos educacionais criados na sociedade civil foram constitucionalizados. A Campanha formulou argumentos técnicos e políticos consistentes, coordenando ampla e decisiva mobilização social, em atuação vitoriosa para a melhoria do texto aprovado, que contemplou todos os pontos propostos e defendidos pelos seus

membros.

Além disso, a Campanha fez o “Mapeamento da Educação sob Ataque no Brasil”, disponível em seu site. A iniciativa promove uma frente de informação e luta contra o avanço do extremismo no mundo nos últimos anos e que, no Brasil, tem sido notável desde 2016, sendo tema de análise em diferentes campos de conhecimento.

O foco nas políticas educacionais não é arbitrário, pois faz parte de um projeto relacionado com uma recomposição ideológica do mundo que envolve inclusive desconstruir os ideais modernos e iluministas, que são a base do pensamento democrático e da concepção de direitos. O avanço de lideranças deste campo de desconstrução de direitos é parte de uma estratégia de dinamitação das concepções que amparam o mundo contemporâneo, visando a construção de algo novo,

que recupere as tradições e aquelas concepções anteriores ao advento do iluminismo.

É no sentido de compreender como essas ideias foram se consolidando ao longo do tempo, que este Mapeamento Educação sob Ataque no Brasil foi desenvolvido. Seu objetivo é apresentar o avanço dessas ideias, através de proposições legislativas, de casos concretos, e de reunir referências de estudos e materiais que já têm trabalhado essa análises, em diversas esferas, mostrando como, mesmo com tipologias diferentes e atores de grupos diversos promovendo tais ataques, eles têm interrelações e são movidos por ideais análogos.



*Da Redação com informações do site da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

A LUTA TRADUZIDA NA BELEZA DE EDUCAR

Por ANGELITA LUCAS*

Os dias que passamos em Recife e Olinda, em outubro, celebrando os 25 anos da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (que chamamos carinhosamente apenas de “Campanha”) foram marcantes para a minha trajetória pessoal e, certamente, para a luta pela Educação feita em São Leopoldo. A comitiva gaúcha teve um lindo momento de acolhida pelos nossos companheiros e companheiras de todo o Brasil, depois de termos sofrido a tragédia das enchentes. São momentos assim que nos constituem e conectam como professoras e professores que somos.



Conheci a Campanha em abril de 2008, quando participava da CONEB Rio Grande do Sul – que foi a primeira Conferência Nacional de Educação Básica, um marco histórico. Na oportunidade, eu representava o Conselho Municipal de Educação (CME). Em 2010, fui delegada do município de São Leopoldo na Conferência Nacional Extraordinária (Conae) do MEC. Foi durante aquela conferência que passei a integrar a rede da Campanha. Desde então, temos construído e fortalecido o Comitê do Rio Grande do Sul.

Este é um movimento que agrega muitos segmentos que debatem as políticas públicas pautadas numa educação emancipatória, com respeito à diversidade, antirracista, que tenha a laicidade – dentre tantos outros compromissos. Não basta

acreditarmos, temos de fazer uma educação que potencialize o direito de todos terem acesso, permanência e qualidade. Esse é o grande diferencial deste movimento.

Durante o governo Bolsonaro, por exemplo, a Campanha liderou várias lutas, propôs muitas pautas e evitou inúmeros retrocessos em relação ao Plano Nacional de Educação (PNE) e em relação às políticas do Fundeb. O movimento Campanha Nacional de Direito à Educação trata-se da educação que não se separa da política, porque tudo na vida é política. Um movimento nascido da Campanha, por exemplo, é justamente a Carta Compromisso destinada aos candidatos cobrando uma posição clara do meio político-partidário na defesa do direito à educação de qualidade e respeito à docência. Friso que a Campanha se pauta muito pelos movimentos constituídos por

grandes nomes como Anísio Teixeira e Paulo Freire – além, é claro, de muitas outras e outros formuladores e outras obras que compõem os nossos movimentos. A educação sempre está e estará em jogo. Inclusive agora no terceiro governo Lula que, entretanto, não tem uma base alinhada de fato com as políticas de Esquerda. Por isso, somos a resistência, os e as que não deixam retrocedermos. Somos os e as que lutam para avançar na gestão pública dentro dos princípios tanto da LDB quanto da Constituição.

Pondo em perspectiva histórica, percebo que nunca deixamos de ser resistência e de lutar por avanços – até porque somos muito experimentadas em lidar com lobos em pele de cordeiro quando se trata das alternâncias do poder político e das ameaças, sempre constantes, dos setores empresariais que cobiçam os recursos da Educação pública.

Encerro com a linda lembrança de ter estado ao lado de companheiras e companheiros de todo o Brasil, no jubileu da Campanha: gente que faz com que a luta diariamente se torne cada vez mais poesia, democracia e se traduza na beleza de educar.



*Professora da rede municipal de ensino de São Leopoldo, desde 1995 | *Pedagoga com especialização em Alfabetização e Letramento (Uniassevi) | *Mestranda em Gestão Educacional (Unisinos) | *Ex-presidenta do Ceprol e do CME | *Ex-dirigente da CUT | *Membra do Comitê RS da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

CEPROL NA MÍDIA

BERLINDA

Ceprol vai debater panorama 2025 com equipes diretivas

17 de novembro de 2024 - 12:09



PESQUISA ON-LINE DO CEPROL PROMETE SACUDIR SÃO LEOPOLDO

Nossa redação apurou que a pesquisa de opinião realizada pela diretoria do Ceprol Sindicato dos Professores Leopoldenses, entre o...



CONTINUAR LENDO

São Leopoldo: Ceprol dá mostras de pragmatismo e se reúne com todos os agentes políticos eleitos em 6 de outubro

VS / www.abcm.com 20.11.2024 QUARTA-FEIRA



Cristiane, Henri, Felipe e Rosi falam das ações do Ceprol

Ceprol conta com carta compromisso

BERLINDA

Nesta sexta-feira no final do dia tem debate do Ceprol com os candidatos a prefeito de São Leopoldo

27 de setembro de 2024 - 07:52



São Leopoldo: Heliomar Franco e Regina Caetano são recebidos pela direção do Ceprol Sindicato



BERLINDA

PEC 66/2023: Ceprol Sindicato alerta servidores sobre riscos para aposentadoria da categoria

16 de setembro de 2024 - 11:46





**QUEM
VALORIZA
A EDUCAÇÃO
PÚBLICA,
LUTA POR ELA.**



FILIE-SE AO CEPROL SINDICATO!

A educação pública é um direito de todos e a base para um futuro melhor. Lutar por ela é garantir respeito, valorização, condições dignas para professores e estudantes.



**REPRESENTAÇÃO ATIVA E COMBATIVA • DEFESA DOS SEUS DIREITOS
APOIO JURÍDICO E SINDICAL • VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL**

Basta enviar uma mensagem no Whatsapp:



(51) 99378-1262